

Narrativas de violência de gênero na pandemia: corpo, comunicação e ativismos¹

Pâmella Cordeiro ²

Denise da Costa Oliveira Siqueira ³

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o aplicativo Maria da Penha Virtual, desenvolvido durante a pandemia por uma equipe do Centro de Estudos de Direito e Tecnologia da UFRJ para atuar no combate à violência contra a mulher. O aplicativo tem como intuito agilizar o pedido de medidas protetivas de urgência a partir da automatização e da facilitação ao acesso a informações sobre serviços públicos especializados. Partindo de uma leitura de autoras como Butler, Beauvoir e Adichie, buscamos responder à seguinte problemática: como a comunicação e a tecnologia, instigadas pelo (ciber)ativismo, podem atuar contemporaneamente no combate à violência contra a mulher no Brasil? Em termos metodológicos, o desenvolvimento do trabalho é baseado em uma pesquisa exploratória, com procedimento técnico de estudo de caso, levantamento bibliográfico e documental em uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave

Ciberativismo; corpo; narrativas do eu; violência de gênero; pandemia.

Introdução

Nos últimos anos, estatísticas revelaram o número expressivo de casos declarados de violência contra meninas e mulheres no Brasil. Diariamente, narrativas de violência são noticiadas nos principais veículos de comunicação do país. As vítimas possuem rosto e gênero: Maria da Penha, Eloá Pimentel, Rita de Kássia Santos, Lidiane Aparecida da Silva Medeiros, Roseli de Oliveira Almeida, Daniela Perez, Ludmila Andrade Brum são alguns dos nomes que geraram comoção e se tornaram acontecimentos midiáticos nas últimas décadas no país.

Durante a pandemia de Covid-19, dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontaram o aumento no quadro de violência vivenciado por mulheres. Conforme relatório da organização, entre março de 2020 (mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país) e dezembro de 2021, foram registrados 2.451 feminicídios e

1 Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação Intercultural e Interseccionalidade, atividade integrante do XVII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

2 Mestranda em Comunicação, UERJ, pammy_cordeiro@hotmail.com.

3 Doutora em Ciências da Comunicação (USP), professora titular do PPGCom da UERJ, dcos@uerj.br.

100.398 casos de estupro do gênero feminino⁴. Segundo o Portal de notícias G1, da Rede Globo, os feminicídios alcançaram recorde no primeiro semestre de 2022⁵.

As narrativas de violência revelam como os discursos sociais de gênero ainda agem na manutenção de um status masculino e heteronormativo. A relação de poder se dá na linguagem, no pensamento, na mídia, nas organizações e nos mais diversos espaços sociais atuando na construção de novas formas de subjetividades, principalmente em relação ao corpo feminino. Tais relações e narrativas atuam como violência simbólica (BOURDIEU, 2002), por vezes imperceptível para as vítimas, pois acontecem na comunicação, no conhecimento, nas organizações e no cotidiano. As formas de poder e violência fluem em diferentes espaços, suportes e formas sendo “naturalizadas” ou aceitas como “naturais”, quando, na realidade, são culturais e situam-se historicamente. São esses discursos que deságuam na prática da violência contra a mulher.

Pensadoras como Butler, Beauvoir, Chimamanda Ngozi Adichie, além do já citado sociólogo Pierre Bourdieu, denunciaram relações desiguais entre gêneros em diferentes sociedades como a americana, francesa, brasileira e sociedades africanas. Em uma perspectiva prática, em oposição à prevalência discursiva e narrativa do masculino e do heteronormativo, o ativismo e o ciberativismo revelam-se importantes ferramentas para as sociedades e suas organizações na prevenção e no combate à violência contra a mulher. O ciberativismo (LEMONS, 2002) se fundamenta no uso da internet por grupos que buscam difundir informações e reivindicações com o intuito de buscar apoio, debater, trocar informação, organizar e mobilizar indivíduos dentro e fora da *web*.

Partindo dessas constatações iniciais, este trabalho tem como objetivo estudar o caso do aplicativo Maria da Penha Virtual contra a violência contra a mulher. Preocupada com a violência doméstica, a dificuldade de acesso à justiça durante a pandemia e buscando atuar no enfrentamento à violência contra a mulher, uma equipe do Centro de Estudos de Direito e Tecnologia (Ceditec), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concebeu e desenvolveu o projeto em parceria com o Tribunal de Justiça do Rio. O aplicativo tem como intuito agilizar o pedido de medidas protetivas de urgência a partir da automatização e da facilitação do acesso às informações sobre serviços públicos especializados.

4 Fórum de Segurança Pública “Violência contra mulheres em 2021”. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 23 Jan. 2023.

5 G1. “Feminicídios batem recorde no 1º semestre de 2022 no Brasil quando repasse ao combate à violência contra a mulher foi o mais baixo». Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/sp/sao-paulo/noticia/2022/12/07/feminicidios-batem-recorde-no-1o-semester-de-2022-no-brasil-quando-repasse-ao-combate-a-violencia-contra-a-mulher-foi-o-mais-baixo.ghtml>. Acesso em: 23 Jan. 2023.

O aplicativo de acesso aberto permite às mulheres em situação de violência solicitar à Justiça medidas protetivas sem precisar sair de casa, por meio de celular, tablet ou computador. O Maria da Penha Virtual ainda utiliza a internet para conectar meninas e mulheres que precisam de conteúdos informativos, apoio e ajuda jurídica.

A partir de leituras interdisciplinares sobre feminismos, buscaremos responder à seguinte problemática: como a comunicação e a tecnologia, instigadas pelo (ciber)ativismo, podem atuar contemporaneamente no combate à violência contra a mulher no Brasil? Em termos metodológicos, o trabalho é baseado em uma pesquisa exploratória, com procedimento técnico de estudo de caso, após levantamento bibliográfico e documental, em uma abordagem qualitativa.

Na primeira parte do artigo, discutimos o cenário de violência de gênero a partir da apresentação de dados referentes ao Brasil durante o período da pandemia. Na segunda parte, contextualizamos a condição social das mulheres e apresentamos conceitos referentes ao ciberativismo como importante ferramenta de engajamento e mudança social e organizacional. Finalmente, apresentamos o aplicativo Maria da Penha Virtual.

Gênero e violência no Brasil durante a pandemia

Segundo o Fórum de Segurança Pública⁶, o aumento dos registros de crimes contra meninas e mulheres reflete o quadro de violência vivenciado durante a pandemia. O ano de 2021 marca a retomada do crescimento de registros de estupros no Brasil. Foram registrados 56.098 boletins de ocorrência de estupros, incluindo de vulneráveis, apenas do gênero feminino. Isso significa que uma menina ou mulher foi vítima de estupro a cada 10 minutos, considerando apenas os casos que foram registrados. Entre 2019 e 2020 houve uma queda de 12,1% nos registros de estupro de mulheres no país. Entre 2020 e 2021 verificou-se crescimento de 3,7% no número de casos.

Em 2021, ocorreu uma diminuição nos registros de feminicídio, muito embora tenha havido aumento nos índices de registros de estupro. Os dados preliminares de violência letal contabilizam 1.319 mulheres vítimas de feminicídio, decréscimo de 2,4% no número de vítimas.

De acordo com os dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos⁷ referentes a atos de violência (física, sexual, psicológica, moral e patrimonial), no primeiro semestre de

6 Fórum de Segurança Pública “Violência contra mulheres em 2021”. Disponível em: <https://bityli.com/BqZnb>. Acesso em: 23 Jan. 2023.

7 Fórum de Segurança Pública “Violência contra mulheres em 2021”. Disponível em: <https://bityli.com/BqZnb>. Acesso em: 23 Jan. 2023.

2022, a central de atendimento registrou 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres no Brasil. Cerca de 70% das mulheres vítimas de feminicídio no país nunca passaram pela rede de proteção.

Assim, no que pesem problemas de notificação quanto à violência ou prováveis subnotificações durante o difícil período de pandemia, os números registrados apontam para uma quantidade enorme de atos de violência. Somem-se a isso a violência de gênero em relação à população LGBTQIA+ e em relação à mulher negra, mais especificamente, e o quadro mostra um contexto violento em que gênero ainda é marcador. Ressalte-se, no entanto, que por motivo de recorte epistemológico, as importantes questões em relação à mulher negra e à população LGBTQIA+, incluindo as mulheres trans, não são aprofundadas neste curto texto.

Embora a violência contra a mulher aconteça no campo como na cidade, para Leslie Kern (2021), autora do livro *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*, as cidades especificamente foram pensadas para apoiar formas familiares patriarcais e funções sociais segregadas por gênero. Segundo a autora, as cidades funcionam como um reduto de homens. Com isso, um status de segunda classe é imposto às mulheres. Por meio de uma geografia de exclusão real e material, as mulheres encontram no ambiente urbano entraves que reforçam papéis fundamentais de gênero ao subjugar corpos femininos.

Kern reflete a partir das questões que emergem daquilo que chama de experiência corporificada. Em uma narrativa do eu, a autora escreve que

Como mulher, minhas experiências urbanas cotidianas estão profundamente ligadas ao gênero. Minha identidade de gênero molda como eu me movo pela cidade, como vivo meu cotidiano e as opções que estão disponíveis para mim. Meu gênero é mais do que meu corpo, mas meu corpo é o lugar da minha experiência, onde minha identidade, história e os espaços em que vivi se encontram, interagem e se escrevem na minha carne. (KERN, 2021, p.19)

Coerente com as reflexões sobre o urbano, em uma abordagem sobre cidades imaginadas, no texto “O sonho da cidade: medo e interação na metrópole imaginada”, Siqueira e Vieira (2021) apontam a cidade como espaço rico para a produção de sentidos em *ambiances* comunicacionais. Para os pesquisadores, “a concentração desses signos fragmentados, efêmeros e em constante mudança faz das cidades terreno fértil para a produção de sentidos, para interações mediatizadas ou expressas por meio de corpos, mas também para demonstrações de afetos, sentimentos e emoções como medo, insegurança e nojo” (SIQUEIRA; VIEIRA, 2021, p.2).

O olhar para a cidade real e a cidade imaginada como espaço masculino remete à construção simbólica. Em *A dominação masculina*, Bourdieu analisa a construção simbólica da superioridade masculina a partir do uso da violência simbólica, agressão psicológica, social e que fere a dignidade. A violência simbólica perpetua, legitima comportamentos e valores dominantes. São condições de pensamento compartilhadas nos mais diversos setores da sociedade, enraizadas, servindo de parâmetro para o masculino e feminino. Segundo o autor, a mulher encontra-se inserida em um contexto no qual é oprimida, aderindo e normalizando comportamentos.

O autor explica que a dominação masculina é simbólica, naturalizada e inconsciente, tendo uma relação próxima com a disciplinarização das pessoas. Segundo Bourdieu, “a divisão entre os sexos parece estar na ordem social e das coisas, nesse sentido a dominação masculina é tão sofisticada que dispensa justificativas, é como se essa visão de mundo fosse neutra e não tivesse necessidade de explicar-se” (2002, p.35). Introjetada social e culturalmente, a dominação afeta homens, mulheres, pessoas LGBTQIA+.

Em *História da virilidade*, a socióloga Claudine Haroche explica que o homem não deve ser apenas forte, mas “se mostrar forte”, sendo obrigado a provar a virilidade constantemente. De acordo com a autora, “a virilidade é sinônimo de força, ou pelo menos ela a supõe: força física, simbólica, mas também moral - fala-se de força de caráter -, considerada e valorizada como um traço essencial do masculino” (HAROCHE, 2013, p.16).

Ao explicar a permanência da desigualdade entre homens e mulheres ao longo do tempo, Haroche (2013) destaca como a dominação conserva formas muitas vezes difíceis de combater: “As mulheres permanecem de fato como alvo de uma desigualdade nos fatos, por intermédio de uma dominação muitas vezes insidiosa, que é exercida em locais privados, assim como nos locais de trabalho, nas instituições e nas empresas. Estas formas de poder são difíceis de decifrar, enfrentar e limitar: elas permitem, no entanto, compreender largamente a permanência da dominação masculina” (HAROCHE, 2013, p.17).

Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1970), já destacava circunstâncias sociais impostas às mulheres para cercear a liberdade feminina desde os primeiros anos de vida. Em um trecho tornado célebre, a filósofa escreve que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1970, p.95).

Beauvoir reflete sobre a naturalização dos papéis feminino e masculino na sociedade ao longo dos anos. Ela enfatiza que o status heteronormativo define, restringe e limita a

mulher definindo o que seria “a verdadeira mulher”, aquela que serve aos padrões da sociedade. A autora já chamava a atenção, no final dos anos 1940, para os índices de violência contra a mulher. A reflexão feita pela autora em meados do século XX ainda mostra-se pertinente ao estabelecermos um paralelo com os dados de crimes passionais, violência doméstica e feminicídio no Brasil contemporâneo.

Além desse aspecto, podemos destacar que ao longo de décadas a indústria cultural criou personagens que difundiram a heteronormatividade. A mulher foi estereotipada como uma figura frágil e indefesa e tal representação foi difundida em inúmeros formatos da indústria do entretenimento, de novelas a filmes, histórias em quadrinhos e desenhos animados (MENDES, SIQUEIRA, 2018; SIQUEIRA, VIEIRA, 2008).

É importante ressaltar diferenças entre o pensamento de Bourdieu e das demais autoras citadas. Bourdieu reflete sobre a desigualdade de gênero a partir de uma perspectiva masculina (dominante) sobre o feminino (dominado) e a relação entre os gêneros (dominação). As autoras, partindo de uma perspectiva feminina, analisam a condição feminina na sociedade, ou seja, submetida à opressão e à desigualdade.

Em sua obra, Bourdieu (2002) destaca que as diferenças biológicas e anatômicas entre os sexos são vistas como justificativa para as diferenças sociais. Para Beauvoir (1970), as diferenças biológicas podem influenciar nas condições sociais atribuídas aos sexos. Entretanto, apenas este fator não justificaria a desigualdade social existente entre os gêneros. Para a autora, a desigualdade entre gêneros é proveniente de uma construção social. O ponto de interseção entre esses autores é denunciar a violência simbólica contra a mulher.

Outro ponto de concordância entre Beauvoir e Bourdieu está no papel atribuído à mulher nas relações matrimoniais. Para Beauvoir, a mulher seria objetificada dentro das relações matrimoniais. Desde a infância, a criação de meninas seria voltada para idealização e romantização das relações matrimoniais. Nessa perspectiva, a filósofa entende o casamento em seu aspecto limitador para a mulher. Ao longo de sua obra, ela enfatiza a importância das mulheres conseguirem alcançar independência financeira tornando-se independentes dos homens. Entretanto, ressalta que a busca por essa independência é dura, implicando lidar com a dupla jornada e a desvalorização da mão de obra feminina.

Da dominação ao ativismo

Os trabalhos de Beauvoir e Bourdieu, ainda no século XX, embora de extrema relevância para as obras e os pensamentos posteriores, não refletem aspectos sociais, econômicos, raciais e culturais que envolvem a violência de gênero e a interseccionalidade.

Nesse sentido, pensando sobre questões raciais e a dominação feminina de mulheres negras, Chimamanda Adichie reflete sobre a realidade africana e questões de gênero atuais. Adichie critica a educação recebida pelas crianças, que serve à manutenção da desigualdade de gêneros nas relações humanas. Também aborda a culpabilização da vítima em casos de violência sexual: “Ensina-mos as meninas a sentir vergonha. ‘Fecha as pernas, olha o decote’. Nós as fazemos sentir vergonha da condição feminina; elas já nascem culpadas. Elas crescem e se transformam em mulheres que não podem externar seus desejos. Elas se calam, não podem dizer o que realmente pensam, fazem do fingimento uma arte” (ADICHIE, 2015, p. 36).

As proposições feitas pelos autores acima ajudam a olhar os índices de violência doméstica e de gênero no Brasil. A normalização da violência e a culpabilização da vítima têm início na infância. A mulher passa a naturalizar a violência e os relacionamentos pautados em valores perpetuados pelo patriarcado. Contudo, ações pautadas pelo ativismo, por grupos sociais, por organizações, por uma educação libertadora podem quebrar o círculo vicioso da violência contra a mulher.

A internet propiciou a proliferação de espaços como sites, blogs e redes sociais onde a interação passou a ser uma forte característica. Tais ambientes também podem servir como locais para debate, reflexão e divulgação de ações referentes a temas de relevância social, enfim, campo para o ativismo e o ciberativismo.

André Lemos (2002) trabalha o conceito de ciberativismo a partir da nova condição urbana, proveniente do advento informacional. O autor reflete sobre como ferramentas advindas do ciberespaço proporcionam ações coletivas e engajamento em torno de questões sociais. Segundo o autor, o objetivo do ciberativismo é utilizar as tecnologias de comunicação para conseguir a atenção para pautas de relevância social.

Na mesma linha, em *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura* (2003), Santaella pontua que o ambiente digital permite ao cidadão denunciar a ausência de políticas públicas e tem incentivado práticas colaborativas na sociedade a partir da atuação de indivíduos que propõem soluções para problemas vivenciados pela população.

Vegh (2003) define o ciberativismo como o uso de tecnologias digitais ou de informação e comunicação para a mobilização e enfrentamento político, social e/ou cultural. Assim, a internet assumiria um papel de destaque para difundir informações, criar espaços de fortalecimento, disponibilizar informações e reivindicar garantias e direitos. Petições online, sites-denúncia sobre uma determinada causa, organização e mobilização de protestos e atos que aconteçam fora da rede, flashmobs, hackerativismo e o uso de games com uma função

política e social são exemplos de práticas de ativismo on-line.

No livro *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*, Castells escreve que o ciberativismo pode resgatar a autonomia e a liberdade contra instituições hegemônicas – empresariais, governamentais, financeiras e midiáticas. Sendo assim, o ciberativismo ajuda no empoderamento dos grupos de ativistas ao ampliar o alcance das reivindicações assumidas como direitos coletivos.

O ativismo, acionado, por exemplo, em manifestações em prol da memória de vítimas de violência, na organização de familiares em associações e em redes sociais, instiga instituições públicas, organizações e a mídia a pautarem a violência de gênero em suas ações.

Maria da Penha Virtual: estudo do caso

No contexto acima situado de violência de gênero no Brasil durante a pandemia de covid-19, o aplicativo Maria da Penha Virtual foi desenvolvido por estudantes e pesquisadores do Centro de Estudos de Direito e Tecnologia (CEDITEC) da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro⁸. O Maria da Penha Virtual é um *webapp*, ou seja, uma página que se comporta como um aplicativo, e visa garantir à mulher vítima de violência doméstica e familiar o acesso à justiça, a partir da automatização do pedido de medida protetiva. Ao utilizar o aplicativo a vítima pode realizar o pedido de medida protetiva de urgência para si própria e para seus dependentes sem precisar deslocar-se.

Para estudar esse aplicativo recorreremos a uma pesquisa exploratória, com procedimento técnico de estudo de caso, utilizando levantamento bibliográfico e documental, com uma abordagem qualitativa. O estudo de caso exploratório é utilizado para evidenciar ou adicionar informações sobre um campo recém-descoberto, sobre práticas ou grupos ainda pouco conhecidos. A escolha da utilização de uma pesquisa qualitativa deve-se ao fato de ela trabalhar com fenômenos que não vão além de variáveis quantitativas, como as questões de gênero.

Com relação à pesquisa documental, realizamos levantamento de estatísticas, relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, matérias de portais de notícias, entre outros materiais que versam sobre o tema estudado. Buscamos, ao longo da observação, questionar como a tecnologia, instigada pelo ciberativismo, pode atuar contemporaneamente no combate à violência contra a mulher. Os dados analisados foram coletados através de

⁸Dados publicados pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://bitly.com/VRWbhOI>. Acesso em: 13 Fev. 2023.

prints (capturas de tela) do aplicativo.

Partindo dessa estratégia metodológica, iniciamos nossa abordagem sobre o aplicativo Maria da Penha Virtual. Seu nome se inspira na Lei Maria da Penha, sancionada em 2006. A Lei define os tipos de violência, aponta as formas de evitar, enfrentar e punir a agressão contra a mulher.

Matéria veiculada pelo Portal G1⁹ (portal de notícias da Rede Globo) informa que a plataforma Maria da Penha Virtual foi lançada em 26 de novembro de 2020, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Conforme o portal do Tribunal¹⁰, o projeto piloto abarcou, de início, os Juizados Especializados com competência em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Município do Rio de Janeiro (Centro do Rio de Janeiro, Campo Grande, Jacarepaguá, Bangu, Leopoldina e Barra da Tijuca), alcançando posteriormente, os Juizados de Violência Doméstica das Comarcas de Itaboraí, São João de Meriti e Três Rios. A partir do dia oito de março de 2022, a ferramenta se expandiu abarcando todos os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do estado.

De acordo com matéria divulgada pela TV Justiça Oficial¹¹, o Maria da Penha Virtual registrou 1.777 pedidos de medida protetiva em 2022 com base na Lei Maria da Penha. As regionais de Leopoldina (240 registros), Jacarepaguá (179 registros), Campo Grande (162 registros) e Bangu (161 registros) foram as que mais receberam denúncias de agressão. Regiões afastadas do Centro da cidade e áreas onde estão localizadas grandes comunidades como Complexo da Maré e Complexo do Alemão também receberam alto índice de denúncias.

Durante o webinar promovido pelo Ministério Público Federal¹², em comemoração aos 15 anos da Lei Maria da Penha, o participante do projeto Raphael Wanderley (estudante da UFRJ), esclareceu que foi realizado um estudo inicial chamado Mapa de Empatia para tentar compreender as dores das vítimas. Posteriormente, foi feito um *benchmarking* (uma avaliação comparativa) para levantar e conhecer ferramentas e tecnologias já existentes. Foi verificada a existência de plataformas voltadas ao atendimento social, psicológico e assistência jurídica. Entretanto, identificou-se que nenhuma das plataformas oferecia

9 G1. “Plataforma Maria da Penha Virtual agiliza ações de proteção a mulheres agredidas”. Publicada em 25 nov. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/WVC6b>. Acesso em 13 fev. 2023.

10 Dados publicados pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://bityli.com/VRWbhOI>. Acesso em: 13 Fev. 2023.

11 Matéria publicada no canal TV Justiça Oficial intitulada Aplicativo “Maria da Penha Virtual” registrou quase 2 mil denúncias só no ano passado. Vídeo publicado em 19 jan. 2023. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=qRzeVj-NgDI>. Acesso em: 18 fev. 2023.

12 Webinar feito pelo MPF (Ministério Público Federal). Publicado pelo Canal MPF - Webinar - Web app Maria da Penha Virtual: 15 anos da lei. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=p08pi-QziDo&t=3088s>. Acesso em: 18 fev. 2023.

autoatendimento de maneira simples e prática. As delegacias eletrônicas e os projetos de assistência jurídica ainda são muito burocratizados. Assim, para conseguir realizar uma denúncia a vítima precisa percorrer várias telas e gastar tempo durante o preenchimento das informações - o que pode colocar em risco sua segurança. Além disso, são solicitados login e senha na maioria das vezes. Um aplicativo que pede senha gera mais entraves.

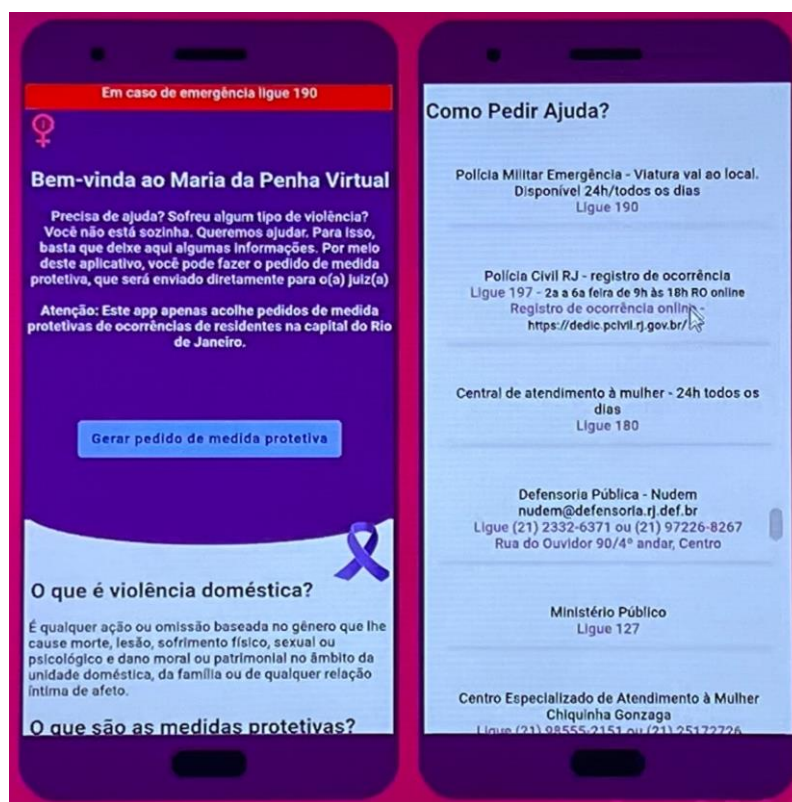
A partir dessas informações, os idealizadores da plataforma buscaram criar um aplicativo que preenchesse lacunas das ferramentas disponíveis, considerando as particularidades do atendimento às vítimas. O diferencial da metodologia desenvolvida pelo aplicativo é possibilitar que a vítima realize o pedido de medida protetiva de urgência sem realizar deslocamento e dispêndio financeiro. Isso também evita constrangimentos na delegacia - o que faz com que muitas mulheres desistam de denunciar em virtude da vergonha, do medo e da incerteza quanto a se a medida protetiva virá de forma rápida. Aqui, observa-se claramente a noção de violência simbólica (BOURDIEU, 2002): o receio do constrangimento, da exposição pública torna-se tão doloroso quanto a agressão física sofrida.

O aplicativo permite celeridade processual. A agilidade no registro de denúncia pelo aplicativo garante que em até meia hora o pedido chegue às mãos de um juiz competente e de sua equipe. A partir do recebimento da denúncia pela autoridade competente, a vítima passa a ser monitorada para saber se a medida protetiva está sendo cumprida pelo agressor.

O web aplicativo pode ser acessado em dispositivo eletrônico interligado à internet por meio de um link. Não é necessário baixar o aplicativo - que ocuparia espaço na memória do aparelho e deixaria rastros que podem colocar a vítima em situação de maior risco. A ferramenta também é acessível para pessoas com deficiências. Outro serviço é o fornecimento de informações para mulheres a respeito da Lei Maria da Penha, pois além da violência física existem outros tipos de violência como a patrimonial e a psicológica.

Um ponto a ser destacado sobre a plataforma, é a possibilidade do aplicativo atuar auxiliando os órgãos competentes por meio da ferramenta digital Módulo Analytics. O Módulo Analytics pode servir para a Administração Pública e os órgãos de acolhimento às vítimas de violência doméstica conhecerem as situações de violência ao processar e organizar informações coletadas. Através do cruzamento de dados das vítimas, sem utilizar nomes ou dados particulares, pode-se entender o comportamento dos agressores e os tipos de violência física mais frequentes (empurrões, tapas, socos, entre outros). O Módulo Analytics também pode ser alimentado com pedidos de medidas protetivas feitos nas delegacias, em formato presencial. Desse modo pode-se medir os índices de violência nos bairros, estados, cidades e no país.

Figura 1



Fonte: <https://www3.tjrj.jus.br/mariapenhavirtual/>

Na página principal do aplicativo (figura 1), são disponibilizadas informações sobre os tipos de violência doméstica, o que são as medidas protetivas, casos em que devem ser solicitados os pedidos de medida protetiva; explicação de como solicitar ajuda e os contatos emergenciais.

Ainda na página principal (figura 2), aparece uma mensagem inicial que orienta a vítima sobre as áreas em que a medida protetiva é disponibilizada e o ícone para solicitar o pedido de medida protetiva. Ao clicar no ícone, a vítima é redirecionada para o preenchimento de um formulário com seus dados pessoais, relato da agressão sofrida e dados do agressor. Caso a vítima tenha pouco tempo para fazer o preenchimento dos dados ou esteja muito nervosa ao realizar o relato de agressão, ela poderá escrever um texto ou gravar um áudio. Assim, o aplicativo permite que pessoas com pouca instrução gravem seu relato sem precisar dominar bem o registro escrito – o que alarga o público que pode ser atendido pelo serviço on-line.

Figura 2

Dados da Violência Sofrida

Data do fato *

Horário *

Onde ocorreu a agressão? *

☐ Mesmo endereço onde moro

☐ Outro endereço

A violência foi física? *

Atenção: Se você sofreu violência física, procure a delegacia mais próxima

☐ Sim ☐ Não

Violência psicológica? * ?

☐ Sim ☐ Não

Violência sexual? * ?

☐ Sim ☐ Não

Violência patrimonial? * ?

☐ Sim ☐ Não

Violência moral? * ?

☐ Sim ☐ Não

< Voltar Avançar >

Dados da Violência Sofrida

Precisamos que nos conte, com suas palavras, como ocorreu a violência

Como você prefere relatar? *

Pode ser por escrito, aqui:

Relato

Ou você pode gravar por aqui:

Aperte para gravar um áudio

Escolha as opções que deseja para a sua medida protetiva *

☐ Afastamento do domicílio de convivência

☐ Suspensão ou restrição do porte de armas

☐ Suspensão ou restrição de visitas aos seus filhos

☐ Pensão alimentícia

☐ Proibição de contato ou proximidade com

Fonte: <https://www3.tjrj.jus.br/mariapenhavirtual/>

A mulher que recorre ao uso do aplicativo poderá anexar foto e áudio como prova da agressão sofrida. Esse uso remete ao do popular aplicativo de troca de mensagens *Whatsapp*, ao qual grande parte da população brasileira aderiu e que, por isso, é bastante conhecido.

Ao final do procedimento, é gerada uma petição de pedido de medida protetiva de urgência (em formato pdf), que é distribuída para o juizado competente automaticamente (figura 3). O aplicativo permite a solicitação de medidas cautelares como afastamento do agressor do lar, proibição de contato, pedido de pensão alimentícia. Através do preenchimento de informações é possível compreender a situação da vítima, analisar a necessidade de medida protetiva e o grau de risco de vida.

Figura 3

Seu pedido de medida protetiva de urgência está pronto!

Precisamos que verifique os dados abaixo

Editar

PETIÇÃO AUTOMATIZADA

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DO VI JUZADO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA
COMARCA DA CAPITAL (REGIONAL DA LEOPOLDINA)

URGENTE

Sem Advogado – art.27 - GC 19 da Lei Maria da Penha

Mãe, brasileira, Nra, nascida em RG nº 131.477.877-40
nascida em São João del-Rei e domiciliada no 200, Alameda Rio de Janeiro nº 61,
poderá ser contatada pelo telefone 21-54444957 e pelo e-mail não informado em,
respectivamente, a presença de Vossa Excelência, com idades no art. 15, caput, art. 22 e art.
23 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), requer:

MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA

Tro fave de Mãe, Brasileira, [X] inscrita no RG nº não informado, CPF nº não
informado nascida em São João del-Rei podendo ser localizada em: sua residência, Rio de
[informar], constituída e petição na causa de petição petição e requer a seguir
atendida

1. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Art. 99, CPC/15: O pedido de gratuidade de justiça pode ser formulado
na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro
no processo ou em recurso. § 1º Se supérfluo a gratuidade
responderá ao juiz ou ao juiz, e petição poderá ser formulada por
petição simples, nos autos de processo processado, e não suspenderá seu
curso. § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos
autos elemento que evidencie a falta das condições legais para a
concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido,
demonstrar a falta a concessão de amparo ao pedido.

Enviar pedido

Fonte: <https://www3.tjrj.jus.br/mariapenhavirtual/>

Considerações finais

As relações de poder em que a mulher é colocada em lugar de desvantagem acontecem nos relacionamentos sociais, nas escolas, no ambiente de trabalho, nas organizações, na mídia. O ativismo e sua versão *on-line* apontam essas desvantagens e a violência de gênero até a institucionalização de novos valores. Iniciativas como a do aplicativo estudado são, em parte, devedoras de demandas da sociedade via ativismos gerados dentro e fora da *web*.

Castells enfatiza que os movimentos iniciados silenciosamente na *web* para depois ganharem as ruas contribuem para o estímulo ao debate e à expressão dos sentimentos da sociedade. Para o autor, “os movimentos apenas não nascem da pobreza ou do desespero político, mas exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gigante provoca” (2013, p. 159). A violência contra a mulher no Brasil gerou movimentos nas redes digitais e fora delas.

Este trabalho abordou brevemente o uso da tecnologia como ferramenta no processo de resguardo jurídico da mulher contra a violência e na luta pela igualdade de gênero a partir do estudo de um caso de aplicativo desenvolvido durante a pandemia. Estudamos, assim,

como ferramentas tecnológicas podem atuar em processos comunicacionais para o exercício da cidadania. Assuntos do cotidiano como o corpo feminino e suas narrativas também são debatidos no ambiente *online* podendo promover uma atuação consciente dentro e fora do ciberespaço, proporcionando cobrança por políticas públicas. O ciberativismo pode ser uma ferramenta para reivindicar direitos e promover cidadania.

Em um país em que há um feminicídio a cada sete horas, o tempo é um fator determinante para salvar vidas. A situação torna-se ainda mais grave tendo em vista que aproximadamente 70% das vítimas nunca passaram pela rede de proteção das instituições do Estado.

Nesse contexto, o aplicativo Maria da Penha Virtual, a partir de um modo simplificado de uso, permite que, com poucos cliques, uma vítima consiga realizar o seu autoatendimento, desburocratizando o acesso à justiça e agilizando o trabalho de órgãos competentes. Além disso, o cruzamento de dados ajuda a criar mecanismos para mapear vítimas e buscar reduzir os índices de violência contra mulheres. O aplicativo torna-se importante para registrar novos casos de violência, garantir que mulheres com a medida protetiva continuem sendo monitoradas e oferecer o socorro necessário em tempo hábil. Também torna-se importante salientar o caráter educativo da ferramenta que explica os tipos de violência ajudando a conscientizar as mulheres.

Para além de se criar leis, é necessário que sejam consideradas as condições sociais, psicológicas e econômicas das vítimas, pois muitas são dependentes dos seus agressores, vivem em espaços de violência física e simbólica. Evitar o deslocamento da vítima até a delegacia ajuda mulheres que não dispõem de condições para realizar a denúncia, além de evitar constrangimentos na hora do registro de queixa. A celeridade no processo de registro e a agilidade na atuação dos órgãos públicos pode fazer a diferença para as mulheres agredidas e seus dependentes. E, finalmente, para preservar os corpos femininos e fabricar narrativas diferentes é preciso que as iniciativas de proteção às meninas e mulheres sejam criadas e perdurem.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. tradução Christina Baum. - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

APLICATIVO “Maria da Penha Virtual” registrou quase 2 mil denúncias só no ano passado. Canal TV Justiça Oficial, 19 jan. 2023. Disponível em <https://m.youtube.com/watch?v=qRzeVj-NgDI>. Acesso em 18 fev. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4.ed. São Paulo: Difel, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e da cidadania, 08 ago 2022. Disponível em <https://bitlybr.com/Tnbhh>. Acesso em 23 jan. 2023.

BRASIL. Lei N°14.022, de 7 de Julho de 2020. Disponível em <https://bityli.com/K4z8H>. Acesso em 13 fev. 2023.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Aplicativo Maria da Penha Virtual. Disponível em <https://bityli.com/lynZr>. Acesso em 13 fev. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANAL MPF (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL). Webinar - Web app Maria da Penha Virtual: 15 anos da lei. Disponível em <https://m.youtube.com/watch?v=p08pi-QziDo&t=3088s>. Acesso em 18 fev. 2023.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

FEMINICÍDIOS batem recorde no 1º semestre de 2022 no Brasil quando repasse ao combate à violência contra a mulher foi o mais baixo. G1, São Paulo, 07 dez. 2022. Disponível em <https://bitlybr.com/vjuHE>. Acesso em 23 jan. 2023.

HAROCHE, Claudine. Antropologias da viralidade: o medo da impotência. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). **História da virilidade**. V.3: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 15-29.

KERN, Leslie. **Cidade feminista**: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LEMONS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre, Sulina, 2002.

MENDES, Mônica; SIQUEIRA, Denise. Protagonismo feminino em desenhos animados: gênero e representações no entretenimento audiovisual. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 12, n. 2, p. 125-144, ago. 2018.

PLATAFORMA Maria da Penha Virtual agiliza ações de proteção a mulheres agredidas. G1-Portal de Notícias da Rede Globo, 25 nov. 2020. Disponível em <https://bityli.com/WVC6b>. Acesso em 13 fev. 2023.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SIQUEIRA, D.C.O.S.; VIEIRA, M.F. De comportadas a sedutoras: representações da mulher nos quadrinhos. **Comunicação, mídia e consumo**, v.5, n.13, 2008, p. 179-197.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; VIEIRA, M. F. M.. O sonho da cidade: medo e interação na metrópole imaginada. **Revista Famecos** (ONLINE), v. 28, p. 1-18, 2021.

VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online Eu activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003. p.70-82.

VIOLÊNCIA contra mulheres em 2021. Fórum de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, v.5, 2021, p. 1-14. Disponível em <https://bityli.com/BqZnb>. Acesso em 23 jan. 2023.